



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXECUTIVO CAMARÁRIO  
DO DIA 20 DE AGOSTO DE 2015**

**HORA:** 14H00

**LOCAL:** Câmara Municipal de Alijó

**EXECUTIVO**

**PRESIDENTE:** Carlos Jorge Vilela da Rocha Magalhães

**VEREADOR:** João Manuel Gouveia da Costa

**VEREADOR:** Luís Miguel Gonçalves Rodrigues

**VEREADOR:** José Rodrigues Paredes

**VEREADOR:** António Joaquim Fernandes

**VEREADOR:** Cristina Alexandra Martins Ribeiro Felgueiras

**VEREADOR:** Manuel Adérito Figueira

**SECRETARIADO POR:** João Areias, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

Contém \_\_\_\_\_ minutas aprovadas, nos termos do artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, as quais se seguem e estão rubricadas pelos presentes a esta reunião.

**PRESIDENTE:** Carlos Jorge Vilela da Rocha Magalhães

**VEREADOR:** João Manuel Gouveia da Costa

**VEREADOR:** Luís Miguel Gonçalves Rodrigues

**VEREADOR:** José Rodrigues Paredes

**VEREADOR:** António Joaquim Fernandes

**VEREADOR:** Cristina Alexandra Martins Ribeiro Felgueiras

**VEREADOR:** Manuel Adérito Figueira



MUNICÍPIO DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

# CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ

**ATA N.º 20/2015**

## **REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 20 DE AGOSTO**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA EM EXERCÍCIO: JOSÉ RODRIGUES PAREDES**

**VEREADORES PRESENTES:** JOÃO MANUEL GOUVEIA DA COSTA  
LUÍS MIGUEL GONÇALVES RODRIGUES  
ANTÓNIO JOAQUIM FERNANDES  
CRISTINA ALEXANDRA MARTINS RIBEIRO FELGUEIRAS  
MANUEL ADÉRITO FIGUEIRA

**AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:** CARLOS JORGE VILELA DA ROCHA MAGALHÃES

**SECRETARIOU:** JOÃO AREIAS, CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

**HORA DE ABERTURA:** 14h00 HORAS

**HORA DE ENCERRAMENTO:** 17H30 HORAS

**LOCAL DA REUNIÃO:** PAÇOS DO MUNICÍPIO – GABINETE DO SR. VICE-PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Doslumbrante Património Natural

## ORDEM DE TRABALHOS

### 1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- 1.1 Aprovação da Ata da reunião ordinária anterior.
- 1.2 Presente informação CIJF/2015/193, referente a uma compropriedade de um prédio rústico sito na freguesia de Vila Chã, designado Caldeirão ou Arcos, em que é requerente Norberto Nunes Cardoso.

### 2. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- 2.1 Resumo do diário de tesouraria do dia 2015/08/14.
- 2.2 Presente informação n.º 214 da informando que foi necessário efetuar a 13.ª modificação aos documentos previsionais de 2015, que se traduz na 10.ª alteração ao orçamento da despesa, 9.ª alteração ao Plano Plurianual de Investimentos e 8.ª alteração ao plano de atividades, para tomar conhecimento.
- 2.3 Presente informação 222 referente a permuta da sepultura n.º 73 – 1.º talhão esquerdo pela sepultura n.º 79 – 3.º talhão esquerdo do Cemitério Municipal de Alijó.
- 2.4 Presente informação 221 referente à aquisição da sepultura n.º 683 – 5.º talhão direito do Cemitério Municipal de Alijó.
- 2.5 Presente informação n.º 219 – Relatório de acompanhamento de execução do PAEL e Reequilíbrio Financeiro – 1T2015.
- 2.6 Presente informação n.º 220 – Relatório de acompanhamento de execução do PAEL e Reequilíbrio Financeiro – 2T2015.

### 3. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO

- 3.1 Presente informação sUOF AADSCED/2015/76 contendo proposta de transferência de verbas para o Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó.





MUNICÍPIO DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

questiona sobre qual o ponto de situação desse assunto. Disse ainda que o executivo assumiu que não haveria investimentos.

O Vice-Presidente da Câmara informa que a Câmara Municipal tem um PDM novo, mas uma REN antiga, e são estes os documentos que têm valor.

Relativamente às condicionantes de construção, está certo que os serviços técnicos prestam essa informação, válida e atualizada.

Aquilo a que o Sr. António Lousa chama de Plano de Desenvolvimento é uma parte contida no PDM. Os serviços de Estratégia e Empreendedorismo prestam informação que é depois remetida à apreciação dos serviços de urbanismo da Câmara Municipal.

No que se refere ao pedido do Conselho Diretivo de Compartes de Ribalonga e Rapadoura, reconhece que tem conhecimento de um pedido feito, pelo que em breve terá uma resposta em conformidade.

Não havendo mais questões da parte do público presente, o Vice-Presidente dá início ao período de antes da ordem do dia e informa que as obras de recuperação da cobertura do Auditório Municipal correm a bom ritmo e perspectiva-se que terminem dentro do prazo de 4 meses. Quanto à intervenção a fazer no interior do Auditório, houve há cerca de 15 dias uma reunião com o CODIS de Vila Real para analisar e identificar os aspetos a corrigir.

Tomou a palavra o vereador Manuel Adérito Figueira que disse não ter estado na última reunião de Câmara por questões de saúde, todavia pediu que fossem prestados esclarecimentos sobre o processo do Sr. Rui Sousa. Foi transmitido que a Câmara Municipal já tinha analisado e despachado o assunto, todavia o Sr. Rui Sousa confirmou que ainda não foi notificado.

O Vice-Presidente da Câmara disse que podem os serviços técnicos ainda não ter oficializado a notificação.



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Disse ainda, sobre a Pousada da Juventude, que saiu no dia de hoje uma notícia no jornal “Voz de Trás os Montes” que iria abrir novo concurso para a concessão da mesma.

A Vereadora Cristina Felgueiras disse que a Câmara teve conhecimento, no seguimento de uma reunião havida, que os valores de ocupação da Pousada da Juventude, são em média de 28%. Parece-lhe que se vão reabrir, porventura, o concurso anterior ficou deserto. Acredita que com os mapas com os dados disponibilizados pelo gerente, não será fácil.

Pelo vereador António Joaquim Fernandes foi dito que a Câmara Municipal de Alijó devia ser parceira da Pousada da Juventude, com espírito de ajudar a manter esta infra-estrutura em funcionamento, pelo que entende que a Câmara deve assumir essa posição. Veja-se o caso de Vila Real, e em concreto a reabertura da posada da juventude de Vila Real, que se traduzirá numa mais-valia para o turismo da cidade e da Região. Como a Câmara assumiu que tentará encontrar soluções para o Atlético Clube Alijoense, também deve, no seu entender, juntar esforços de forma a viabilizar o funcionamento da Pousada da Juventude de Alijó.

O vereador Miguel Rodrigues tomou a palavra e disse:

“- Apresento os meus cumprimentos ao executivo e ao público aqui presente.

- Em relação à questão aqui colocada pela comissão de compartes da Ribalonga, informo os representantes da comissão aqui presentes que até esta data o executivo permanente não deu conhecimento à Câmara da sua pretensão já transmitida por carta há vários meses e até agora sem resposta.

Penso que conforme este executivo permanente dá resposta rápida a certas pretensões, deve alargar essa celeridade a todas as situações. Meio ano sem dar uma resposta não é aceitável e é importante a presença aqui dos representantes da comissão de compartes para nos expor essa situação.

No que me concerne, asseguro à comissão de compartes da Ribalonga que, assim que esse assunto aqui for apresentado, farei boa análise da pretensão que aqui nos expôs, relacionada



MUNICÍPIO DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

com a cedência do edifício da escola, devendo também ser ouvida a Junta de Freguesia do Pópulo e Ribalonga.

- Em relação à Pousada de Juventude de Alijó, na semana passada a Movijovem abriu um segundo concurso para a concessão da gestão da Pousada, o qual está a decorrer até 31 de agosto.

Já em reuniões recentes e a propósito do primeiro concurso de concessão, eu aqui trouxe esta questão, salientando que a Câmara Municipal não deveria virar as costas a esta situação, pois a Pousada de Juventude de Alijó é um equipamento da maior importância.

Nessas ocasiões, a resposta do Presidente da Câmara foi no sentido de que esta era uma questão para os privados e que a Câmara não se envolveria.

Ficámos entretanto a saber que o primeiro concurso ficou deserto, não tendo sido apresentadas propostas. Foi agora aberto um segundo concurso. E a Câmara continua a assobiar para o ar.

Ora, a Pousada de Juventude, sublinho, é um equipamento estratégico para o concelho e a Região. É a única Pousada de Juventude da Região Demarcada do Douro, no Baixo e Cima Corgo. Depois temos apenas a de Vila Nova de Foz Côa, no Douro Superior e a de Vila Real, que tem estado encerrada. Integra uma rede nacional e internacional de pousadas de juventude. É um equipamento âncora.

Logo, quem como todos nós, presumo, entende que o Turismo será cada vez mais relevante no futuro deste concelho, deve olhar para este equipamento com a maior atenção. Nesta medida e aqui chegados, a Câmara Municipal deveria fazer uma de duas situações: ou procurar ativamente um investidor privado que possa assumir a sua gestão, ou na ausência de privados, a Câmara, no mínimo, deve procurar inteirar-se das condições do concurso e em face dessas condições, elaborar um estudo de viabilidade económico-financeira, ponderando se deve ou não assumir a gestão do espaço.

O que não se compreende é a Câmara fazer de conta que nada tem a ver com esta situação. Até agora nada fez, ao ponto de o primeiro concurso ter ficado deserto.



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Já no primeiro concurso, houve várias Câmaras do país que manifestaram interesse na gestão das Pousadas de Juventude, como Setúbal, Viseu, Braga e Vila Real. Sendo que o caso de Alijó é diferente, por exemplo, do de Vila Real, pois esta última tem estado fechada e precisa de um investimento avultado para reabilitação, de modo a poder reabrir, enquanto a de Alijó é um equipamento recente, que está a funcionar e que não exige nenhum investimento. No caso de Setúbal, por exemplo, segundo o que a imprensa veiculou, a renda mensal será de 83€ e 15% das receitas de estadias.

- Na última reunião de Câmara, já felicitei a Associação S. Tiago de Vila Chã pela inauguração do novo Lar. Congratulo-me pelo sucesso da inauguração.

- A Câmara adjudicou por ajuste direto duas empreitadas para pavimentações em estradas e arruamentos, no final de julho e meados deste mês de agosto, no valor total de cerca de 130 mil euros. Solicito explicações sobre estes ajustes diretos e cadernos de encargos e a razão de terem sido abertos dois procedimentos, uma vez que o tipo de empreitada e as entidades adjudicante e adjudicatária são as mesmas.

- A mesma questão para a empreitada no Conjunto Habitacional de Casal de Loivos, adjudicada recentemente.

- Coloco ainda uma questão relativamente ao Regulamento de Concessão de Bolsas de Estudo, aprovado pelo Município em junho. Questiono sobre a data de abertura das candidaturas.

- Para que melhor se determinem os resultados do retorno da participação do Município de Alijó na feira da agricultura de Santarém, questiono sobre os custos suportados pela Câmara com essa presença. "

O Vice-Presidente da Câmara informa que na próxima reunião de Câmara trará os processos concursais das duas obras de pavimentação e arruamentos.

O vereador António Joaquim Fernandes, disse que regista com agrado o contributo que os munícipes dão a estas reuniões públicas de Câmara.

Acrescenta que relativamente ao assunto feira Agrícola de Santarém e à situação das escolas, concorda com o que foi dito pelo vereador Miguel Rodrigues. Visto que desconhece os custos e o retorno económico que houve para o concelho e os vitivinicultores de Alijó.





MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Quanto às escolas, concorda com tudo o que for em benefício da população jovem na área da educação.

Relativamente à Pousada da Juventude, questiona se tem interesse ou não para o concelho? Se sim, também tem que ter para a Câmara e conseqüentemente terá para o comércio, turismo e outras atividades. Daí reforçar a ideia de que deve ser encontrada uma solução junto da MOVIOJovem para a Pousada da Juventude de Alijó.

Os convites do rancho "O Plátano de Alijó" endereçados ao executivo municipal, não chegaram a tempo e horas. Todavia, a Câmara Municipal ainda não analisou o assunto, ou pelo menos não o fez saber, como prometido na última reunião de Câmara, se existiu algum problema ou se simplesmente não convinha a presença de todos os vereadores.

Sobre a escola de Ribalonga, se veio um ofício há mais ou menos meio ano, logo muito antes do pedido de Cheires, Franzilhal e Amieiro, por que razão ainda não foi a Comissão de Compartes dos baldios de Ribalonga e Rapadoura informada sobre o requerimento que dirigiu à Câmara Municipal? Estas pessoas que defendem a floresta merecem respeito, pelo que urge dar resposta aos problemas destes homens que, gratuitamente, trabalham activamente para o bem da sociedade. Esta falta de respeito não dignifica a Câmara Municipal. Dá os parabéns a esta gente, e reforça que a Câmara Municipal é obrigada a dar resposta positiva e dentro do possível ajuda-los a ajudar a gente de Ribalonga e Rapadoura. Questiona a Câmara Municipal, pois tem fiscalização, se tem conhecimento que uns madeireiros cortaram lenha, na zona da Pontinha, em Vila Chã, que deixaram estragos nas bermas da estrada que liga as localidades de Chã e Vila Chã.

Como não quer que se repita o que ocorreu no ano passado em Vila Verde, por causa da água, e para evitar outros constrangimentos à Câmara, apresenta uma foto com imagem de água escura e mal cheirosa que saiu das torneiras em Sanfins do Douro e outras localidades do Sul do concelho.

Sobre as intervenções nas estradas, pergunta se realmente vão pavimentar o pavimento todo das estradas anunciadas ou vão apenas tapar os buracos? Acrescenta que desconhece a estrada Carlão- Rapadoura que consta no site da Autarquia. Disse ainda que qualquer



MUNICÍPIO DE  
**ALIJO**

Deslumbrante Património Natural

intervenção que a câmara faz - por bem pequena que seja - é imediatamente colocada no site da Câmara. Não é preciso tanto...

Por último, quanto ao Banco Alimentar, já na anterior reunião de câmara, este assunto foi por mim abordado, tal como fiquei incumbido na reunião da UNIÃO das IPSS's de Vila Pouca. O que lá se passou, foi que a Câmara Municipal disse que não tinha participado porque não podia economicamente e com recursos físicos – camião – também não, por a regularidade do transporte dos alimentos ser quase todas as semanas. Ao contrário de outras Câmaras que continuaram a pagar o que a cada uma corresponde e a colaborar no transporte dos alimentos. A verdade é que a câmara podia, pelo menos pagar o aluguer das arcas frigoríficas, mas nem isso! Posteriormente, a Câmara informou que não podia transferir dinheiro para as IPSS's, nem para a União das IPSS's, mas equacionou-se pagar directamente às entidades fornecedoras. Lembra a Câmara que não estamos a falar de uma dádiva/esmola, mas sim de uma obrigação de ajudar todas as instituições, particularmente as de solidariedade social.

O vereador João Manuel Gouveia da Costa cumprimentou todos os presentes. Disse, sobre o Banco Alimentar, que a solução encontrada na reunião havida, saiu de todas as IPSS's. A possibilidade equacionada foi que a faturação fosse feita entre as empresas e as Câmaras Municipais. É o que está a ser ponderado.

Parabena o vereador António Joaquim Fernandes, na qualidade de presidente da Direção da Associação de São Tiago de Vila Chã, pela inauguração da infraestrutura.

Relativamente à Pousada da Juventude, disse que a Câmara Municipal também investiu e muito, nomeadamente com o terreno, pelo que se deve preservar a infraestrutura, contudo acredita que a Câmara municipal terá muitas dificuldades em geri-la.

Tomou a palavra a vereadora Cristina Felgueiras que disse, relativamente ao Conselho Diretivo de Baldios, que o Presidente da Câmara já havia abordado esse assunto, em Reunião de Câmara, ainda que de forma informal. Aliás o Presidente da Câmara também já falou deste



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

*Alfaro*  
*Alfaro*

assunto na Assembleia Municipal em resposta à Presidente da União de Freguesias de Pópulo e Ribalonga.

Quanto à Pousada da Juventude, no primeiro contacto havido, e único, deram a conhecer à Câmara Municipal as condições que queriam, momento este anterior ao primeiro concurso. Relativamente ao Banco alimentar as soluções foram as apresentadas pelos presentes/intervenientes na reunião havida.

O Vice-Presidente da Câmara tomou a palavra e felicita o vereador António Joaquim Fernandes, na qualidade de Presidente da associação de São Tiago, por esta nova valência. Sobre o camião que suspendeu o apoio referido, refere que foi o próprio que tomou essa decisão, em virtude da periodicidade ter passado de mensal a semanal, o que acarreta muitos encargos. Contudo a breve prazo tentará resolver a situação.

Sobre as empreitadas pode ter havido um erro de transcrição para a página.

Relativamente à qualidade da água em Sanfins do douro, disse que é uma situação normal, em caso de ruturas.

Quanto à situação dos madeireiros, tomou conta do caso com o auto da GNR, pelo que será levantado o devido auto de contra ordenações.

Dá conhecimento do convite que se transcreve:



MUNICÍPIO DE  
**ALIJO**

Deslumbrante Património Natural

*Exmo. Sr. Presidente da Câmara*

*O Grupo de Cantares de S. Mamede de Ribatua vem, por esta via, convidar todos os membros do Executivo Municipal (Permanente e não Permanente), para assistirem na noite de 22 de Agosto (Sábado), pelas 22h - no Jardim das Laranjeiras - a um espetáculo dedicado ao Fado e à Poesia.*

*Com os melhores cumprimentos*

*O Presidente da Direção*

*Dr. Luís Lameiras*

Sobre a Feira de Agricultura em Santarém disse que o retorno será avaliado no próximo evento. Quanto aos convites foram feitos com base nas listagens da Revidouro. No que concerne aos custos, dará conhecimento na próxima Reunião de Câmara.

No que se refere ao Bairro de Casal de Loivos informa que o empreiteiro apenas ganhou concurso para recuperação de um muro, mas por via do mau tempo, parte da habitação foi destruída.

A vereadora Cristina Felgueiras informou que, quanto às bolsas de estudo, já foi disponibilizado o formulário, para que os interessados possam reunir a documentação necessária à instrução do processo.



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Pelo chefe da Divisão Administrativa e Financeira foi dito que:

“Solicita-se aos membros presentes que, na eventualidade de verificarem algum impedimento legal na presente reunião, de acordo com o artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, que o comuniquem e que se ausentem na respetiva votação.”

»»»»»»»»»»»»»»»» **DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA** ««««««««««««««««««««««

## 1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

### **1.1 Aprovação da Ata da reunião ordinária de 06/08/2015.**

*Deliberação: aprovada por maioria com a abstenção do Vereador Manuel Adérito Figueira, por não ter estado presente.*

**1.2 Presente informação CIJF/2015/193, referente a uma propriedade de um prédio rústico sito na freguesia de Vila Chã, designado Caldeirão ou Arcos, em que é requerente Norberto Nunes Cardoso, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.**

*Deliberação: por unanimidade, aprovado retirar o presente assunto da ordem de trabalhos, de forma a incluir levantamento perimetral, definição da proposta de aquisição e inclusão dos documentos referentes à descrição matricial e predial.*

## 2. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

**2.1 Presente o resumo do diário da tesouraria referente ao dia 2015/08/14 apresentando um total de disponibilidades 6.821.371,98€ sendo 6.130.755,37€ de dotações orçamentais e 690.616,51€ de dotações não orçamentais, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.**



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

*Deliberação: tomado conhecimento.*

**2.2** Presente informação n.º 214 da informando que foi necessário efetuar a 13.ª modificação aos documentos previsionais de 2015, que se traduz na 10.ª alteração ao orçamento da despesa, 9.ª alteração ao Plano Plurianual de Investimentos e 8.ª alteração ao plano de atividades, para tomar conhecimento, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

*Deliberação: tomado conhecimento.*

**2.3** Presente informação 222 referente a permuta da sepultura n.º 73 – 1.º talhão esquerdo pela sepultura n.º 79 – 3.º talhão esquerdo do Cemitério Municipal de Alijó, em que é requerente Henrique Rodrigues Barbosa que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

*Deliberação: por unanimidade, aprovada a permuta, nos termos da informação técnica.*

**2.4** Presente informação 221 referente à aquisição da sepultura n.º 683 – 5.º talhão direito do Cemitério Municipal de Alijó, em que é requerente João Carlos de Jesus Osório, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

*Deliberação: por unanimidade, aprovada a aquisição da sepultura, nos termos da informação técnica.*

**2.5** Presente informação n.º 219 – Relatório de acompanhamento de execução do PAEL e Reequilíbrio Financeiro – 1T2015, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: tomado conhecimento. Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal para aprovação.

O vereador Miguel Rodrigues apresentou a seguinte declaração de voto:



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Declumbrante Património Natural

“Na análise da execução do PAEL, quero suscitar a importante questão das transferências do Município para as Instituições sem Fins Lucrativos.

Decorridos dois anos deste mandato, que vai assim a meio, as transferências para as Instituições sem fins lucrativos foram zero, com todas as dificuldades que isso implica para o funcionamento das Associações do concelho.

Esta situação não se compreende, quando é certo que o PAEL se encontra já visado desde janeiro de 2014.

Ora, este relatório de execução do PAEL vem desmentir a narrativa atual do Presidente da Câmara, quando veicula que não efetua as transferências, em causa porque o PAEL não deixa...

Esse argumento não tem qualquer sustentação nos documentos que são do conhecimento do executivo.

O que é do meu conhecimento factual e documental é o seguinte:

- No Plano de Ajustamento Financeiro, a que esta Câmara se vinculou no âmbito do PAEL e Plano de Reequilíbrio Financeiro, com interesse neste domínio, a medida aí prevista consiste em *“Decréscimo dos subsídios e transferências em numerário atribuídos a terceiros, nomeadamente decréscimo de 50 % em 2013 (comparado com 2011), e redução adicional de 5% ao ano até 2020, mantendo-se congelados a partir desse ano”*.
- No orçamento desta Câmara para 2014, foram inscritos 80.195,80€ de transferências correntes e 70.243,75€ de transferências de capital para instituições sem fins lucrativos; A execução destas transferências foi de zero.
- No primeiro orçamento desta Câmara para 2015, datado de Novembro de 2014, foram inscritos 115.195,80€ de transferências correntes e 70.243,75€ de transferências de capital para instituições sem fins lucrativos;
- No orçamento para 2015 aprovado em fevereiro de 2015, foram inscritos 80.195,80€ de transferências correntes e 370.243,75€ de transferências de capital para instituições sem fins lucrativos, tendo estas últimas sido bastante aumentadas; Decorridos dois terços deste ano, a execução destas transferências continua a ser de zero.



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Destumbrado Património Natural

Interessa ainda frisar que o último orçamento foi analisado pela DGAL que não se opôs à verba inscrita nestas transferências.

Não compreendo assim porque vem agora o Presidente da Câmara ensaiar um discurso que é desmentido pelos documentos. Não consigo perceber qual a razão pela qual esta Câmara não efetua as transferências para estas instituições que ela própria orçamentou. Entretanto, as instituições vão esperando e desesperando...”

O vereador António Joaquim Fernandes apresentou a seguinte declaração de voto:

“ Não concorda que esta Câmara tenha colocado todos os anos verbas em plano e orçamento e não as distribua pelas instituições, o que provoca grande instabilidade nas associações. É verdade que neste mandato nunca receberam qualquer verba, pelo que continuamos a aguardar que esta Câmara se resolva a ajudar os que mais precisam.”

O vereador José Rodrigues Paredes apresentou a seguinte declaração de voto:

“ O ano económico ainda não terminou, para além disso os passos devem ser dados consoante as possibilidades.”

**2.6 Presente informação n.º 220 – Relatório de acompanhamento de execução do PAEL e Reequilíbrio Financeiro – 2T2015, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.**

Deliberação: tomado conhecimento. Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal para aprovação

O vereador Miguel Rodrigues apresentou a seguinte declaração de voto:

“Na análise da execução do PAEL, quero suscitar a importante questão das transferências do Município para as Instituições sem Fins Lucrativos.





MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Decorridos dois anos deste mandato, que vai assim a meio, as transferências para as Instituições sem fins lucrativos foram zero, com todas as dificuldades que isso implica para o funcionamento das Associações do concelho.

Esta situação não se compreende, quando é certo que o PAEL se encontra já visado desde janeiro de 2014.

Ora, este relatório de execução do PAEL vem desmentir a narrativa atual do Presidente da Câmara, quando veicula que não efetua as transferências em causa, porque o PAEL não deixa...

Esse argumento não tem qualquer sustentação nos documentos que são do conhecimento do executivo.

O que é do meu conhecimento factual e documental é o seguinte:

- No Plano de Ajustamento Financeiro, a que esta Câmara se vinculou no âmbito do PAEL e Plano de Reequilíbrio Financeiro, com interesse neste domínio, a medida aí prevista consiste em *“Decréscimo dos subsídios e transferências em numerário atribuídos a terceiros, nomeadamente decréscimo de 50 % em 2013 (comparado com 2011), e redução adicional de 5% ao ano até 2020, mantendo-se congelados a partir desse ano”*.
- No orçamento desta Câmara para 2014, foram inscritos 80.195,80€ de transferências correntes e 70.243,75€ de transferências de capital para instituições sem fins lucrativos; A execução destas transferências foi de zero.
- No primeiro orçamento desta Câmara para 2015, datado de Novembro de 2014, foram inscritos 115.195,80€ de transferências correntes e 70.243,75€ de transferências de capital para instituições sem fins lucrativos;
- No segundo orçamento para 2015 aprovado em fevereiro de 2015, foram inscritos 80.195,80€ de transferências correntes e 370.243,75€ de transferências de capital para instituições sem fins lucrativos, tendo estas últimas sido bastante aumentadas; Decorridos dois terços deste ano, a execução destas transferências continua a ser de zero.

Interessa ainda frisar que o último orçamento foi analisado pela DGAL que não se opôs à verba inscrita nestas transferências.



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Não compreendo assim porque vem agora o Presidente da Câmara ensaiar um discurso que é desmentido pelos documentos. Não consigo perceber qual a razão pela qual esta Câmara não efetua as transferências para estas instituições que ela própria orçamentou. Entretanto, as instituições vão esperando e desesperando...”

O vereador António Joaquim Fernandes apresentou a seguinte declaração de voto:

“ Não concorda que esta Câmara tenha colocado todos os anos verbas em plano e orçamento e não as distribua pelas instituições, o que provoca grande instabilidade nas associações. É verdade que neste mandato nunca receberam qualquer verba, pelo que continuamos a aguardar que esta Câmara se resolva a ajudar os que mais precisam.”

O vereador José Rodrigues Paredes apresentou a seguinte declaração de voto:

“ O ano económico ainda não terminou, para além disso os passos devem ser dados consoante as possibilidades.”

### **3. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO**

**3.1** Presente informação sUOF AADSCED/2015/76 contendo proposta de transferência de verbas para o Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

*Deliberação: par unanimidade, aprovada a proposta de apoio, nos termos da informação técnica, condicionada ao competente cobimento e à verificação de existência de fundos disponíveis suficientes para efeitos de compromisso.*

### **4. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

**4.1** Presente informação sUOF AAUOT/2015/8 contendo proposta de nomeação da comissão de vistorias no âmbito do RJUE, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

*Deliberação: por unanimidade, tendo-se ausentado na apreciação e votação o vereador Manuel Adérito Figueira por impedimento, nos termos do artigo 69.º do CPA, aprovada comissão de vistorias, no termos da informação técnica.*

## **5. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – ESTRATÉGIA E EMPREENDEDORISMO**

**5.1** Presente informação UOF EE/UOF EE/2015/225, referente aos prejuízos causados pelo javali – proposta de indemnização, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

*Deliberação: por unanimidade, aprovado o pagamento das indemnizações, nos termos da informação técnica, condicionada ao competente cabimento e à verificação de existência de fundos disponíveis suficientes para efeitos de compromisso.*

## **6. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS**

**6.1** Presente informação DOU/OPM/2015/217 referente à escolha e início do procedimento por ajuste direto – prestação de serviços “Limpeza Urbana da Vila de Alijó”, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

*Deliberação: por unanimidade, aprovado o início de procedimento nos termos da informação técnica, condicionada ao competente cabimento e à verificação de existência de fundos disponíveis suficientes para efeitos de compromisso.*



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

### APROVAÇÃO DA ATA

Depois de lida, a Câmara deliberou, em reunião do dia 03/09/2015, aprovar a presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelo Presidente da Câmara, e por mim, Técnico Superior da Divisão Administrativa e Financeira desta Autarquia.

O Presidente da Câmara

Carlos Jorge Vilela da Rocha Magalhães

O Técnico Superior

Luis Filipe Maneta Carvalho